

**RENATO LOPES BECHO**

**EXECUÇÃO FISCAL  
ANÁLISE CRÍTICA**

---

**2018**

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

**B354e**

**Becho, Renato Lopes**

**Execução fiscal : análise crítica / Renato Lopes Becho. - 1. ed. - São Paulo: Noeses, 2018.**

**320 p. : Il. ; 23 cm.**

**Inclui bibliografia**

**ISBN 978-85-8310-107-9**

**1143611**  
**1. Direito tributário - Brasil. 2. Execução fiscal - Brasil. I. Título.**

**18-52522**

**CDU: 34:351.713**

---

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>VII</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>01</b>
I – Utilizando a teoria tridimensional do direito de Miguel Reale .....	05
II – A supremacia da Constituição Federal .....	06
III – O princípio do devido processo legal.....	08
IV – Os direitos humanos e a duração razoável do processo	11
IV.I – A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e o Pacto de San José da Costa Rica .....	15
IV.II – A aplicação da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e o Pacto de San José da Costa Rica às pessoas jurídicas.....	23
V – Princípios processuais específicos para a execução .	23
<b>CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL .....</b>	<b>27</b>
1.1 Processo de execução e processo de conhecimento	27
1.2 A natureza jurídica da penhora.....	33
1.2.1 Uma sutil diferença: segurança do juízo e penhora.....	34
	<b>XI</b>

1.2.2 Sobre a ordem de preferência de bens na penhora.....	35
1.3 Objetivos com a execução fiscal .....	39
1.4 Dos elogios à codificação às críticas quanto à descodificação da execução fiscal .....	41
1.5 Os objetivos com o procedimento descodificado não foram alcançados .....	46
1.6 Alguns destaques do Código de Processo Civil de 2015.....	47
1.6.1 O Código de Processo Civil de 2015 e a atuação dos tribunais .....	53
1.6.2 A não derrogação da Lei de Execução Fiscal – LEF .....	61
1.6.3 Sobre a desjudicialização da execução fiscal..	61
<b>CAPÍTULO 2. ASPECTOS PRELIMINARES E GERAIS</b>	<b>63</b>
2.1 A constituição do crédito tributário.....	63
2.2 A inscrição em dívida ativa .....	65
2.3 O controle judicial das fases precedentes à execução	70
2.4 É cabível BACENJUD antes da realização da citação?	71
2.5 Sobre o cabimento de ação e tutela antecedente para antecipar a garantia de execução fiscal ainda não ajuizada e os efeitos da penhora.....	73
<b>CAPÍTULO 3. A CITAÇÃO COMO MODALIDADE DE INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO CONSTITUCIONALMENTE VÁLIDA.....</b>	<b>83</b>
3.1 Clareando o problema e as opções possíveis para a interrupção da prescrição .....	84
3.2 O princípio da segurança jurídica.....	92
3.2.1 Por quanto tempo devem ser guardados os documentos fiscais?.....	95

EXECUÇÃO FISCAL  
ANÁLISE CRÍTICA

3.3	A complexidade da relação jurídica tributária processual.....	96
3.4	A interrupção da prescrição no Código de Processo Civil (de 1973 e de 2015).....	97
3.5	A interrupção da prescrição no Código Tributário Nacional.....	107
3.6	A superação do problema por parte dos exequentes	110
3.7	Síntese parcial.....	112
3.8	O REsp 1.120.295/SP .....	112
3.9	REsp 1.120.295/SP: uma decisão fundada no direito natural .....	117
3.9.1	A dicotomia direito natural <i>versus</i> direito positivo	118
3.9.2	A coerência como forma de argumentação e suas falhas na aplicação.....	124
3.9.3	O REsp 1.120.295/SP: uma decisão aplicando o direito natural.....	126
3.10	Aplicando a teoria dos precedentes.....	127
3.11	Síntese dos argumentos expendidos neste capítulo	134
<b>CAPÍTULO 4. A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE .</b>		<b>137</b>
4.1	Prescrição e prescrição intercorrente.....	137
4.2	Breve incursão por outros ramos didáticos da Ciência Jurídica.....	141
4.3	A prescrição intercorrente na doutrina do direito tributário .....	145
4.4	A jurisprudência dos tribunais superiores .....	148
4.4.1	A súmula 314 do STJ.....	153
4.5	A prescrição intercorrente ainda que a execução não esteja suspensa .....	155
4.5.1	A eternização do crédito tributário.....	156

4.5.2 Fundamentação da prescrição intercorrente ainda que a execução não esteja suspensa .....	157
<b>CAPÍTULO 5. FIXANDO PRAZOS PARA OS EXEQUENTES .....</b>	<b>161</b>
5.1 Um caso prático que aplica o princípio da duração razoável do processo às execuções fiscais .....	162
5.2 Os prazos processuais na execução fiscal: a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil .....	163
5.3 Apoio da jurisprudência à fundamentação apresentada .....	171
5.4 Das condições jurídicas para a Administração Pública garantir o regular processamento das execuções fiscais.....	178
5.5 Breve síntese .....	181
<b>CAPÍTULO 6. DEFESAS DO EXECUTADO.....</b>	<b>183</b>
6.1 Exceção de pré-executividade .....	183
6.1.1 Exemplo de matéria passível de defesa por exceção de pré-executividade: término de processo falimentar .....	187
6.2 O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica ( <i>disregard of legal entity</i> ) .....	190
6.2.1 Da caracterização de grupo econômico .....	194
6.2.2 Grupo econômico na legislação previdenciária .....	194
6.2.3 A submissão das disposições de natureza tributária na Lei 8.212/1991 ao Código Tributário Nacional.....	204
6.2.4 Grupo econômico implícito no Código Tributário Nacional .....	206
6.2.5 Sobre as fraudes em prejuízo do Fisco .....	209
6.2.6 IDPJ: superando a execução sem título.....	211

EXECUÇÃO FISCAL  
ANÁLISE CRÍTICA

6.2.6.1	O Procedimento Administrativo Federal de Reconhecimento de Responsabilidade - PARR.....	219
6.3	Embargos à execução fiscal .....	221
6.3.1	A constituição da CDA é unilateral pelo credor .....	223
6.3.2	As dúvidas suscitadas com a Lei 11.382/2006.. ..	229
6.3.3	Efeitos suspensivos dos embargos à execução no Código de Processo Civil.....	231
6.3.3.1	Duas interpretações possíveis .....	233
6.3.3.2	A sistemática positivada na Lei de Execução Fiscal – LEF .....	236
6.3.3.3	Os diferentes tipos de títulos executivos extrajudiciais .....	238
6.3.3.4	Dos efeitos da não suspensão da execução diante da propositura de embargos do sujeito passivo tributário.....	241
6.3.4	Da vedação à tributação com efeito de confisco .....	242
6.3.4.1	Interpretação não confiscatória: necessidade de caução idônea a ser prestada, previamente, pelos exequentes ..	244
6.3.5	A suspensão da execução fiscal usando como referência o Código de Processo Civil de 2015 .....	247

**CAPÍTULO 7. EXECUÇÃO FISCAL: UM PROCEDIMENTO SIMPLES, MAS QUE NÃO ESTÁ FUNCIONANDO A CONTENTO .....**

**249**

7.1	A demora no ajuizamento das execuções fiscais .....	253
7.2	A execução no Código de Processo Civil funciona melhor do que na Lei de Execução Fiscal – LEF .....	258
7.3	Necessidade de novos paradigmas .....	260
7.4	Proposta de solução para o problema aventado.....	264

7.5 A preferência política pela cobrança indireta de tributos.....	266
7.5.1 A sistemática de cobrança administrativa e a sistemática de cobrança judicial de tributos federais .....	269
7.5.2 Prazo máximo de duração da fase administrativa de cobrança: seis meses .....	274
7.6 Efeitos da escolha política pela cobrança indireta de tributos na justiça federal .....	277
<b>CAPÍTULO 8. O DIREITO PARA ALÉM DA NORMA JURÍDICA.....</b>	<b>279</b>
8.1 O (des)valor das execuções fiscais .....	280
8.2 A passividade das procuradorias fazendárias como efeito de decisões judiciais e legislativas e seu impacto no excesso de execuções fiscais.....	285
8.3 As falhas do poder executivo federal no trato do crédito tributário.....	287
8.4 A natureza advocatícia das procuradorias fazendárias	289
8.5 Sobre o Regime Diferenciado de Cobrança de Créditos – RDCC .....	291
8.6 Pela criação dos Conselhos Nacionais da Advocacia Pública e do Julgador Administrativo.....	292
8.7 Ministério Público Federal: o grande ausente nas execuções fiscais .....	294
8.8 Considerações finais.....	294
<b>Referências .....</b>	<b>297</b>